

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS  
DE PETRÓLEO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas e Administradores  
Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. (“Companhia”) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

#### Contas a Receber - Ausência de evidência de realização

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a Companhia possui registrado na rubrica “Contas a Receber”, no ativo não circulante, o montante líquido de R\$ 27.782 mil, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relacionados ao instrumento de confissão de dívida com a Destilaria de Alcool Libra Ltda., sobre os quais a Administração da Companhia não nos apresentou evidências suficientes que demonstre a realização do contas a receber. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, examinar e emitir uma opinião se os referidos valores serão realizados, assim como, sobre possíveis efeitos, inclusive tributários, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Impostos a recuperar e impostos e contribuições a recolher - Exclusão de ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 7, nº 12, nº 16 e nº 22 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em abril de 2019 a Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado lhe concedendo o afastamento da exigência da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, e lhe garantindo dessa forma, o direito de solicitar a habilitação para compensação dos valores excedentes recolhidos para o período de 1998 a 2018, no entanto, a Administração da Companhia não reconheceu contabilmente a época em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas os referidos créditos tributários e seus demais efeitos, inclusive tributários. Como desdobramento, a Administração da Companhia realizou compensações dos referidos créditos com débitos correntes de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) por ocasião das suas operações ordinárias por meio virtual (não reconhecidos contabilmente) e somente em obrigações acessórias utilizando-se do expediente fiscal de suspensão dos débitos, dessa forma, gerando o montante de R\$ 69.460 mil de valores compensados até 30 de junho de 2022, inclusive foi requerida pela RFB - Receita Federal do Brasil - a rever este procedimento, onde foi acatado pela Administração da Companhia que procedeu ao estorno desta prática e reconheceu o efeito nas devidas rubricas contábeis, porém em competência não apropriada e sem considerar o efeito tributário do referido crédito. Como fato subsequente, a Companhia obteve durante o exercício de 2023 a habilitação dos referidos créditos tributários oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS no montante de R\$ 198.025 mil, que na data base de 31 de dezembro de 2022 estão reconhecidos parcialmente em razão do estorno no montante de R\$ 69.460 mil, sem considerar efeitos tributários. Consequentemente, pelo não reconhecimento total e tempestivo do crédito tributário e seus respectivos efeitos, inclusive tributários, na oportunidade do trânsito em julgado, não nos foi possível, nas circunstâncias, estabelecer procedimentos de auditoria, ainda que alternativos, para opinar sobre os saldos destas rubricas e possíveis efeitos desses assuntos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2022 para que estejam de acordo com a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e com a NBC TG 23(R1) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e legislação tributária.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

## Ênfases

### Transações com Partes Relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas. Consequentemente, os resultados de suas operações individuais e consolidadas, bem como os seus efeitos tributários podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas, assim como, a realização e liquidação das referidas operações são condicionadas às disponibilidades de fluxos de caixa entre as partes relacionadas. Nossa opinião não está sendo modificada em relação a esse assunto.

## Tributos diferidos - realização

Chamamos atenção ao mencionado na nota explicativa Nº 12.b, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, onde a Companhia, possui registrado na rubrica “Tributos Diferidos”, no ativo não circulante, o montante de R\$ 18.717 mil em 31 de dezembro de 2022, cuja realização depende de lucros tributáveis futuros. Nessas circunstâncias, a Administração da Companhia nos apresentou o estudo de viabilidade que demonstra a provável ocorrência de lucros tributáveis futuros, com base em premissas estimadas na sua melhor expectativa, contudo, a utilização dos referidos tributos depende da concretização e efetivação dos planos de negócio estabelecidos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

## Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de abril de 2023.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.445	25.150	8.926	25.151	Empréstimos e financiamentos	14	40.934	55.195	40.934	55.204
Contas a receber	5	133.452	101.499	103.858	68.477	Fornecedores - convênio	14	41.345	82.267	41.345	82.267
Estoques	6	140.624	96.588	140.690	96.640	Fornecedores	15	42.883	21.603	42.929	21.625
Impostos a recuperar	7	96.521	23.717	96.830	23.754	Salários, férias e encargos a pagar		3.301	2.945	3.309	2.955
Adiantamentos a fornecedores	8	13.527	16.301	13.527	16.301	Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos	16	144.580	26.793	145.027	26.923
Outros Créditos	9	3.818	4.431	3.818	4.432	Adiantamentos de clientes		6.035	13.274	6.118	13.300
		<u>396.387</u>	<u>267.685</u>	<u>367.650</u>	<u>234.754</u>	Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada	17	21.495	32.206	-	-
						Dividendos a pagar	19	17.342	18.797	17.342	18.797
						Outras contas a pagar		15.771	859	15.773	859
								<u>333.686</u>	<u>253.939</u>	<u>312.776</u>	<u>221.932</u>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Contas a receber	5	27.782	27.782	27.782	27.782	Empréstimos e financiamentos	14	3.333	1.429	3.333	1.429
Impostos a recuperar	7	42.896	40.318	42.896	40.318	Partes relacionadas	10	21.559	-	14.515	-
Partes Relacionadas	10	52.509	17.039	53.147	17.039	Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos	16	26.008	109.205	26.130	109.413
Depósitos Judiciais	18	9.859	10.606	9.935	10.672	Provisão para demandas judiciais	18	8.276	6.933	8.281	7.075
Tributos diferidos	12b	18.717	28.001	18.717	28.001			<u>59.177</u>	<u>117.566</u>	<u>52.260</u>	<u>117.916</u>
Outros créditos	9	2.682	3.994	2.682	3.994	<b>Patrimônio líquido</b>	19				
Imobilizado	13	85.177	81.062	85.557	82.355	Capital social		5.739	5.739	5.739	5.739
Intangível		499	1.442	206	1.194	Reserva de Lucros		237.905	100.684	237.905	100.684
		<u>240.120</u>	<u>210.244</u>	<u>240.922</u>	<u>211.355</u>			<u>243.644</u>	<u>106.423</u>	<u>243.644</u>	<u>106.423</u>
						Participação de acionistas não controladores		-	-	(109)	(162)
								<u>243.644</u>	<u>106.423</u>	<u>243.535</u>	<u>106.261</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>636.507</b></u>	<u><b>477.929</b></u>	<u><b>608.572</b></u>	<u><b>446.109</b></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>636.507</b></u>	<u><b>477.929</b></u>	<u><b>608.572</b></u>	<u><b>446.109</b></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

# ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	20	7.650.251	6.089.385	7.648.762	6.087.579
Custo dos produtos vendidos	21	(7.381.192)	(5.974.990)	(7.378.710)	(5.972.687)
Lucro bruto		269.060	114.395	270.051	114.892
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas com vendas	21	(6.174)	(7.106)	(6.174)	(7.234)
Despesas administrativas e gerais	21	(63.836)	(52.304)	(64.929)	(53.898)
Resultado de equivalência patrimonial	17	10.712	(697)	7.644	-
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas	22	35.332	49.965	39.370	50.573
		(23.965)	(10.142)	(24.089)	(10.559)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras		245.094	104.253	245.962	104.333
Receitas financeiras					
Receitas financeiras	23	3.214	2.459	3.314	2.465
Despesas financeiras	23	(42.863)	(19.461)	(42.872)	(19.473)
Variações monetárias	23	(15.259)	(1.979)	(15.269)	(1.992)
Resultado Financeiro		(54.907)	(18.981)	(54.828)	(19.000)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		190.187	85.272	191.134	85.332
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Corrente	12a	(38.976)	(14.555)	(39.924)	(14.616)
Diferido	12b	31.752	(4.328)	31.752	(4.328)
Lucro líquido do exercício		182.962	66.388	182.962	66.388
Resultado líquido do exercício atribuído aos:					
Acionistas não controladores		-	-	3	4
Acionistas controladores		182.962	66.388	182.959	66.384
Lucro líquido do exercício		182.962	66.388	182.962	66.388

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

# ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	182.962	66.388	182.962	66.388
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
	<u>182.962</u>	<u>66.388</u>	<u>182.962</u>	<u>66.388</u>
Resultado atribuível aos acionistas controladores	-	-	182.959	66.384
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	-	-	3	4
Resultado abrangente do exercício	<u>182.962</u>	<u>66.388</u>	<u>182.962</u>	<u>66.388</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

# ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucro / (Prejuízo) líquido do período	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio Líquido
	Capital Social	Reservas de lucros	Reserva Legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.739	39.109	1.148	-	45.996	(158)	45.838
Lucro líquido do exercício	-	-	-	66.388	66.388	(4)	66.384
Destinações :							
Constituição de reserva de lucros - Reversão conforme ata	-	10.636	-	-	10.636	-	10.636
Constituição dos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(16.597)	(16.597)	-	(16.597)
Constituição de reserva de lucros	-	49.791	-	(49.791)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>5.739</u>	<u>99.536</u>	<u>1.148</u>	<u>-</u>	<u>106.423</u>	<u>(162)</u>	<u>106.261</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	182.962	182.962	53	183.015
Destinações :							
Constituição dos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(45.741)	(45.741)	-	(45.741)
Constituição de reserva de lucros	-	137.221	-	(137.221)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>5.739</u>	<u>236.757</u>	<u>1.148</u>	<u>-</u>	<u>243.644</u>	<u>(109)</u>	<u>243.535</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

# ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	190.187	85.272	191.134	85.332
Receitas/(despesas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	5.534	6.714	6.065	7.554
Constituição de provisão para perdas com investimentos	(10.710)	698	-	-
(Reversão)/Constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	(4)	-	4
Constituição/(reversão) de provisão para perdas com adiantamentos a fornecedores	(1.569)	-	(1.569)	-
Constituição de provisão para demandas judiciais	1.344	2.148	1.205	2.083
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos a realizar	240	114	242	114
Imposto de renda e contribuição social correntes	41.036	(14.555)	41.036	(14.616)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(38.976)	-	(39.924)	-
Participação de não controladores	-	(4)	38	(3)
Variações em ativos e passivos				
Contas a receber	(31.952)	(18.467)	(35.381)	(18.923)
Estoques	(44.036)	(26.230)	(44.050)	(26.254)
Impostos a recuperar	(75.382)	(16.062)	(75.654)	(15.938)
Adiantamento para fornecedores	4.343	(1.935)	4.343	(1.935)
Partes relacionadas	(13.915)	2.601	(21.599)	2.616
Depósitos judiciais	747	1.234	737	1.519
Outros créditos	1.924	(1.802)	1.925	(1.803)
Fornecedores	21.280	(31.501)	21.304	(31.560)
Salários, férias e encargos a pagar	356	280	354	280
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento	34.591	(13.036)	34.822	(13.284)
Adiantamento de clientes	(7.239)	811	(7.182)	830
Outras obrigações	14.912	(19)	14.914	(12)
Caixa líquido gerado / (usado) das atividades operacionais	92.715	(23.742)	92.760	(23.994)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(9.642)	(14.756)	(9.695)	(14.794)
Aquisição (Baixas) de intangível	(209)	(1.033)	(492)	(1.023)
Baixa do imobilizado	1.144	4.513	1.908	4.699
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos	(8.707)	(11.276)	(8.280)	(11.118)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(47.192)	(200)	(47.192)	(200)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(420.937)	(410.373)	(420.937)	(410.383)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.145)	(7.180)	(13.138)	(7.180)
Captação de empréstimos e financiamentos	380.563	466.946	380.562	466.955
Caixa líquido (usado) / gerado nas atividades de financiamentos	(100.711)	49.193	(100.705)	49.192
(Diminuição) / aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(16.705)	14.175	(16.225)	14.081
Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício	25.150	10.975	25.151	11.070
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.445	25.150	8.926	25.151
(Diminuição) / aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(16.705)	14.175	(16.225)	14.081

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

## 1. Contexto operacional

A Royal FIC Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. (“Companhia”), tem como objeto social a distribuição de derivados de petróleo para postos de combustíveis e grandes consumidores finais de todo o Brasil, oferecendo produtos regulamentados assegurados pela Agência Nacional de Petróleo - ANP. A capacidade atual de armazenamento é de aproximadamente 51 milhões de litros de combustível, distribuídos em 23 bases localizadas em diversos estados do Brasil, das quais 5 são próprias (duas primárias, em Paulínia/SP e Betim/MG, e três secundárias em Cuiabá/MT, Campo Grande/MS e São Gonçalo do Sapucaí/MG), e 18 filiais divididas entre bases de distribuição nacional de terceiros, que são utilizadas para distribuição dos produtos da Companhia e escritórios comerciais, localizados em Campinas/SP, Ribeirão Preto/SP, Bauru/SP, São José dos Campos/SP, Guarulhos/SP, São Paulo, Itajaí/SC, Senador Canedo/GO, Uberlândia/MG, Uberaba/MG, Araucária/PR, São Francisco do Conde/BA, Jequié/BA, Esteio/RS, Sinop/MT, Rondonópolis/MT, Ipojuca/PE, Itabuna/BA. Adicionalmente, em 2023 a Companhia iniciou operação em mais três bases, sendo: Itaqui - MA; Porto Nacional - TO e Luís Eduardo Magalhães - BA, deste modo, em 2023, deste modo, conta atualmente com 26 bases.

A Administração da Companhia, buscando a continuidade e o crescimento exponencial de suas operações e de seus negócios, montou um plano de redução de despesas, otimização dos custos e crescimento do volume de vendas, por meio da implantação de uma estratégia de vendas que inclui a entrada em novos mercados, regionalização de clientes, equipes de vendas externas, aplicação de tecnologia da informação, planejamento tributário e melhoria de processos comerciais.

### 1.1. Impactos da pandemia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia

A Companhia e sua controlada seguem monitorando os possíveis impactos do COVID-19 (Coronavírus) nas suas operações. Várias ações foram tomadas pela Administração, dentre as quais destacamos a criação de um comitê de crise formado pela alta administração, que toma decisões em linha com o recomendado com o Ministério da Saúde, autoridades locais e associações profissionais.

A Companhia e sua controlada tem adotado todas as medidas possíveis para mitigar a transmissão do vírus nos centros de distribuição e escritórios, como: higienização frequente, itens de segurança / proteção dos colaboradores, flexibilização das jornadas, adoção de teletrabalho, entre outras decisões.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

Em resumo, de acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas demonstrações contábeis e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia e sua controlada que justificariam mudanças nas conclusões destas demonstrações contábeis. A Companhia e sua controlada continuarão monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as divulgações necessárias.

## 1.2. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e sua controlada em continuarem operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID- 19 (vide Nota Explicativa nº1.1). Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade da Companhia e sua controlada continuarem operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de abril de 2023.

## 2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### a. Base de preparação

#### Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

(i) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(ii) Demonstrações contábeis consolidadas

As Demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as Demonstrações contábeis individuais.

(iii) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato;

b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado

Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado;

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020

Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo; e

d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15

Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS.

(iv) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2022

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, a saber:

- a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e
- e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:
  - a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.

- b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, e acredita que não terá efeitos relevantes.

- b. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Contingências; e
- Investimentos.

- c. Uso de julgamentos e estimativas

- i) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

ii) Estimativas e premissas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas da Companhia relativas às fontes de incerteza em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas abaixo:

Nota Explicativa nº 5 - Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A Companhia avalia na data de cada balanço patrimonial se há alguma evidência objetiva de que um ativo financeiro da classe de recebíveis é passível de provisão para perda por redução ao valor recuperável. Para definir se há uma prova objetiva de perda por redução ao valor recuperável, a Companhia considera fatores como a probabilidade de insolvência ou dificuldades financeiras substanciais do devedor e inadimplemento ou atraso substancial nos pagamentos. Quando há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável, o valor e o momento do fluxo de caixa futuro são estimados com base na experiência de prejuízos históricos de ativos com características de risco de crédito similares. A política vigente na Companhia e aprovada pela administração é de constituir a provisão de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para os títulos vencidos a mais de 90 dias.

Nota Explicativa nº12.b - Realização do Imposto de Renda diferido

Impostos diferidos ativos são registrados quando é provável que haja fontes de receita tributáveis disponíveis futuramente para compensar o ativo fiscal diferido, considerando os prejuízos fiscais acumulados. Essas fontes incluem lucro tributável estimado com base nas projeções de resultados elaboradas com base nas premissas internas e cenários econômicos futuros previstos.

Nota Explicativa nº 13 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração avalia anualmente o valor contábil dos ativos para verificar eventos ou alterações econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar uma redução ou perda do seu valor recuperável.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

Se forem identificadas tais evidências, e o valor contábil exceder o valor recuperável, uma provisão para perda por redução é então registrada, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre seu valor em uso e seu valor justo menos custos de vendas.

Na estimativa do valor em uso de um ativo, fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor no qual a unidade geradora de caixa opera.

Fluxos de caixa são derivados do orçamento dos cinco anos subsequentes e não incluem atividades de reestruturação para as quais a Companhia não esteja ainda compromissada ou investimentos substanciais futuros que possam melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa que está sendo testada. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto adotada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuro estimado e à taxa de crescimento utilizada.

A Companhia não possui ativos imobilizados que deva baixar ou alienar e que necessitem de constituição de provisão para desmontagem de ativos.

#### Nota Explicativa nº 13 - Vida útil dos ativos imobilizados

Os ativos imobilizados são depreciados de forma linear durante a vida útil estimada dos bens. Mudanças no nível esperado de uso e desenvolvimentos tecnológicos podem causar impacto sobre a vida útil econômica e sobre os valores residuais desses ativos, portanto, valores de depreciação futuros podem ser revistos.

#### Nota Explicativa nº 18 - Provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece a provisão para demandas judiciais relativas a riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para considerarem alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

A liquidação de transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes daqueles estimados, devido a incorreções inerentes ao seu processo de estimativa. A Companhia avalia suas estimativas e premissas ao menos uma vez ao ano.

#### Nota Explicativa nº 3.e - Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido no mercado ativo, determina-se usar técnicas de avaliação, inclusive o método de fluxo de caixa descontado. Os dados desses métodos se baseiam nos praticados no mercado, quando possível; no entanto, quando não for viável, determinado nível de julgamento é necessário para definir o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo de apresentação dos instrumentos financeiros.

#### d. Consolidação

##### i. Demonstrações contábeis consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das Demonstrações contábeis consolidadas.

##### ii. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre Companhias do Grupo são eliminados, quando aplicável. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro 2022, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a consolidação integral da controlada Petroviário Transportes Ltda., responsável pelos transportes dos produtos comercializados pela Companhia

iii. Demonstrações contábeis individuais

Nas Demonstrações contábeis individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas Demonstrações contábeis individuais quanto nas Demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

e. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

g. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda esperada para créditos de liquidação de devedores duvidosos "PECLD" (*impairment*) (Nota 5). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

O valor justo das contas a receber de clientes registrado inicialmente é determinado pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

h. Ativos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou mesmo ao valor justo por meio do resultado. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

#### Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

#### Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

#### i. Passivos financeiros

##### Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

##### Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

#### Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

#### Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

#### j. Estoque

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. As provisões para perdas com estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Se o valor de compra for maior do que o valor líquido realizável, é constituída uma provisão para perdas nos estoques.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados para a conclusão da venda.

#### k. Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a fornecedores são realizados por meios dos pagamentos, atualizados com base nos índices médios de 2,6% ao mês. Estes adiantamentos são considerados como ativos não monetários e não derivativos e inicialmente reconhecidos a valor justo, registrados como ativo circulante e não circulante.

Os adiantamentos são liquidados com base nos recebimentos dos produtos adquiridos. Quando aplicável, uma provisão para perdas é registrada em um montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas estimadas decorrentes da não entrega do produto.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

A Companhia calcula a provisão com base em condições econômicas existentes e análise de conta específica dos fornecedores com risco de não entregarem o produto adquirido.

#### I. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Administração avaliou que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não tem impacto em suas demonstrações contábeis.

A Companhia e sua controlada aplicaram os seguintes expedientes práticos e isenções:

- i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia e sua controlada aplicaram o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2021 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2);
- ii) Contratos de curto prazo ou com prazo remanescente em 1º de janeiro de 2021 igual ou inferior a 12 meses: a Companhia e sua controlada reconheceram os pagamentos de arrendamentos associados a estes arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo destes;
- iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor: a Companhia e sua controlada reconheceram os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo do arrendamento; e
- iv) Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada são parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia e sua controlada entendem que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

m. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens (Nota Explicativa nº 13).

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

n. Intangíveis

A Companhia possui licenças de software e fundo de comércio como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

o. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A capitalização dos custos de empréstimos se inicia quando as atividades para preparar o ativo para sua utilização desejada ou venda estão em andamento e os dispêndios e custos de empréstimos tenham incorrido. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que incorrem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

p. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam exigidos para liquidar a obrigação em montante que possa ser estimado de forma confiável.

i. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas considerando alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

ii. Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD")

A Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD") é calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e a provisão são registradas para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

iii. Provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A cada encerramento das demonstrações contábeis, a Companhia avalia o valor contábil de ativos não financeiros para verificar eventos ou alterações nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar a perda no valor recuperável de um ativo. Se verificadas essas circunstâncias e o valor contábil exceder o valor recuperável, uma provisão para perda por redução do valor recuperável é então registrada, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior de: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Valor em uso é o fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) decorrente do uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil. Intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperabilidade de seus valores testada anualmente, independentemente da existência de indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é subsequentemente revertida, há um aumento no valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

iv. Não-reconhecimento do ativo fiscal diferido (*Valuation Allowance*)

A mensuração inicial e subsequente do Imposto de Renda diferido é realizada quando é provável que um lucro tributável futuro estará disponível nos próximos anos para ser usado para fins de compensação, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se o benefício fiscal é reconhecido integralmente.

v. Outras provisões

Provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou implícita perante terceiros decorrente de um evento passado, e esta obrigação pode ser estimada de forma confiável, e quando é provável que uma saída de recursos representando benefícios econômicos será exigida na sua liquidação. Provisões são registradas de forma a refletir as melhores estimativas de valores exigidos para liquidar a obrigação ao final de cada período, considerando os riscos e incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base no fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente daquele fluxo de caixa (quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

q. Provisão para créditos de descarbonização

A Companhia tem obrigações legais perante a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) de metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). As metas, para fins de rateio das obrigações do ano corrente, se baseiam no volume de combustíveis fósseis comercializados pelos distribuidores de combustíveis (*market-share*) do ano anterior e são estabelecidas em unidades de Crédito de Descarbonização (CBIOS), que são ativos negociáveis e adquiridos no mercado. O CBIOS equivale a uma tonelada de carbono.

As metas estabelecidas vigoram até dezembro de cada ano e são publicadas no site da ANP. Para 2020, a Companhia possuía como meta uma redução equivalente à quantidade de 188.045 CBIOS. Em 2021, a Companhia possuía como meta uma redução equivalente à quantidade de 272.167 CBIOS. Para 2022 a meta é de 414.391 podendo ser aposentada até 09/2023.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos aos empregados e administradores da Companhia incluem remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social – INSS, FGTS, férias e 13º salário). Esses benefícios são registrados na demonstração do resultado, conforme são incorridas. Os benefícios de curto prazo a empregados são mensurados a valores não ajustados a valor presente, e são incorridos como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não tem planos de benefícios de demissão para funcionários.

s. Reconhecimento de receita

i. Venda de produtos

A receita da Companhia deriva principalmente das vendas de combustíveis.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador. A seguir, estão detalhados os procedimentos de reconhecimento de receita para Companhia e controlada:

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas:

Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente;  
Identificação das obrigações de desempenho contratadas;  
Determinação do preço da transação;  
Alocação do preço às obrigações de desempenho; e  
Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas.

Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. Mais especificamente, a receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

Existem várias outras condições adicionais para o reconhecimento da receita: que o recebimento das vendas seja razoavelmente assegurado baseado na experiência histórica e condições atuais do mercado, que o preço seja fixado ou determinável, e que não haja qualquer obrigação de cumprimento relacionado à venda.

A receita é reconhecida líquida de descontos, benefícios comerciais concedidos e impostos sobre as vendas, tais como:

- Impostos indiretos federal - Contribuição Social sobre a Receita Bruta para o Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%, exceto nas operações de venda da gasolina e diesel, pois estas operações são isentas na saída. Na venda do etanol a Companhia se enquadra na regra prevista no Decreto nº 6.573/2008 artigo 2º II, que sofreu alteração pelos Decretos nºs 7.997/2013, 8.164/2013, 9.101/2017 e 9.112/2017 cuja tributação foi fixada para cada metro cúbico em, R\$ 19,81 (dezenove Reais e oitenta e um centavos) para o PIS e R\$ 91,10 (Noventa e um Reais e dez centavos) para a COFINS e na compra de etanol a tributação foi fixada para cada metro cúbico em, R\$ 0,00 (zero) para o PIS e R\$0,00 (zero) para a COFINS. Porém a partir de 01 de dezembro de 2021 com a MP 1.063 convertida em Lei 14.292/2022 determina que na Venda da Gasolina C ou Aditivada a tributação foi fixada para cada metro cúbico em R\$ 23,38 (vinte e três reais e trinta e oito centavos) para o PIS e R\$ 107,52 (cento e sete reais e cinquenta e dois centavos) para COFINS sobre o percentual de anidro adicionado na mistura que equivale a 27%(vinte e sete por cento), podendo descontar os créditos relativos à aquisição de álcool anidro para adição à gasolina também com a tributação fixada para cada metro cubico em R\$23,38 (vinte e três reais e trinta e oito centavos) para o PIS e R\$ 107,52 (cento e sete reais e cinquenta e dois centavos) para a COFINS. No exercício de 2022 com a Lei Complementar 192 de 11 de março de 2022, no art.9, as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ficam reduzidas a 0 (zero) até 31 de dezembro de 2022.
- Impostos indiretos estadual - Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) - de 7% a 29%; e
- Os custos de frete e outros relacionados são classificados na Rubrica "Despesas de vendas" na demonstração do resultado.

## ii. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

t. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido

Corrente

O Imposto de Renda corrente é o imposto a pagar esperado ou a recuperar/a ser compensado em relação ao lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício. Para computar o Imposto de Renda corrente e contribuição social sobre o lucro.

Impostos sobre a renda no Brasil compreendem o Imposto de Renda (25%) e contribuição social (9%), para entidades tributadas pelo regime de lucro real, cuja alíquota incide a 34%. Impostos diferidos para essas entidades são previstos para todas as diferenças temporárias de imposto na data do balanço entre as bases de cálculo dos ativos e passivos, e seus valores contábeis.

Imposto de Renda e contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem diretamente relacionados aos itens registrados diretamente ao patrimônio líquido ou à reserva de reavaliação que já estão reconhecidos líquidos dos efeitos fiscais, quando aplicáveis.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores registrados de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na medida em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. Os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício.

Caso a realização do imposto diferido ativo não seja provável, o saldo não é reconhecido. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu impostos diferidos ativos calculados sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A Companhia apresenta o saldo de imposto diferido líquido, apurado por entidade jurídica e mesma jurisdição.

u. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

3. Gestão de risco financeiro

a. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração da Companhia.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
<b>Controladora</b>			
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>			
Empréstimos e financiamentos	137.462	1.429	-
Fornecedores	21.603	-	-
Outras contas a pagar	859	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>			
Empréstimos e financiamentos	82.279	3.333	-
Fornecedores	42.883	-	-
Outras contas a pagar	15.768	-	-
<b>Consolidado</b>			
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>			
Empréstimos e financiamentos	137.471	1.429	-
Fornecedores	21.625	-	-
Outras contas a pagar	859	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>			
Empréstimos e financiamentos	82.279	3.333	-
Fornecedores	42.929	-	-
Outras contas a pagar	15.768	-	-

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

## ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos (Nota 14)	85.612	138.891	85.612	138.900
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(8.445)	(25.150)	(8.926)	(25.151)
Dívida líquida	77.167	113.741	76.687	113.749
Total do patrimônio líquido	243.644	106.423	243.644	106.423
Total do capital	320.812	220.164	320.331	220.172
Índice de alavancagem financeira - %	24%	52%	24%	52%

### (e) Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos</b>				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa Equivalencia de caixa (Nota 4)	8.445	25.150	8.926	25.151
Empréstimo ao Custo amortizado				
Contas a receber (Nota 5)	161.233	129.281	131.640	96.259
Partes relacionadas (Nota 10)	52.509	17.039	53.147	17.039
<b>Passivo</b>				
Mensurados ao Custo amortizado				
Empréstimo e financiamentos (Nota 14)	85.612	138.891	85.612	138.900
Outros Passivos Financeiros				
Fornecedores (Nota 15)	42.883	21.603	42.929	21.625

### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo. Utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis):

Controladora	31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	16.038	-	-
Aplicações Financeiras	-	9.113	-
Contas a Receber	129.281	-	-
	31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	2.682	-	-
Aplicações Financeiras	-	5.763	-
Contas a Receber	161.234	-	-
	31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	16.038	-	-
Aplicações Financeiras	-	9.113	-
Contas a Receber	96.259	-	-
	31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	3.163	-	-
Aplicações Financeiras	-	5.763	-
Contas a Receber	131.640	-	-

A Companhia e sua controlada não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes durante os exercícios findos em 2022 e 2021.

(f) Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada, conforme segue:

- Caixa e equivalentes de caixa - a Companhia mantém os depósitos bancários em instituições financeiras reconhecidas;
- Contas a receber - referem-se, basicamente, a vendas para terceiros e partes relacionadas. O risco relativo a transações com partes relacionadas é considerado baixo. Com relação a vendas para terceiros, a Companhia possui procedimentos e controles para analisar o crédito dos clientes a cada transação de venda e determinar os limites de créditos concedidos aos seus clientes.

b. Análise dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDI e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros na controladora é apresentada a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalencia de caixa	8.445	8.445	25.150	25.150
Contas a receber e outros créditos	161.233	161.233	129.281	129.281
Partes relacionadas	30.950	30.950	17.039	17.039
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	85.612	85.612	138.891	138.891

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa, banco conta movimento	2.682	16.038	3.163	16.038
Aplicações Financeiras	5.763	9.113	5.763	9.113
	<b>8.445</b>	<b>25.150</b>	<b>8.926</b>	<b>25.151</b>

Composto por caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata dentro de três meses ou menos e com risco imaterial de mudança em seu valor de mercado. Investimentos de curto prazo referem-se a operações de depósitos a prazo e de taxa de juros fixas vinculadas à taxa de Depósitos Interfinanceiros (DI) a 100%; e fundo de investimento refere-se a cotas de fundo de investimento, não exclusivas vinculadas a operações de valores mobiliários e financeiras com variação mensal indexada a Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com o objetivo de retornar à rentabilidade que varia de 96% a 110% do CDI. Esses investimentos são classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
No país (i)	161.301	91.287	131.708	91.287
Partes relacionadas (Nota 10)	-	38.050	-	5.028
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(68)	(56)	(68)	(56)
	<u>161.233</u>	<u>129.281</u>	<u>131.640</u>	<u>96.259</u>
Circulante	133.452	101.499	103.858	68.477
Não circulante	27.782	27.782	27.782	27.782
	<u>161.233</u>	<u>129.281</u>	<u>131.640</u>	<u>96.259</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, houve a assinatura do instrumento de comum acordo “confissão de dívida” com a usina Destilaria de Alcool Libra Ltda. “Usina”, onde houve o reconhecimento a receber o montante de R\$ 28 milhões, referente às operações de permutas “faturamento de diesel em troca de etanol” e adiantamentos em recursos a favor da usina, com expectativas de recebimento em etanol. O prazo estabelecido no instrumento para o recebimento desse montante é de 4 anos, com parcelas iniciais desde janeiro de 2020. Em janeiro de 2021 houve uma iniciativa de renegociação com a Usina, porém em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve alteração no saldo a receber, e a Administração da Companhia entende não haver necessidade de provisionar o valor, embora não tenha expectativa de realização.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A lista de contas a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo a vencer	94.001	68.487	94.001	68.488
Vencidas				
De 1 à 30 dias	21.537	(1.908)	21.537	(1.908)
De 31 à 90 dias	2.502	3.885	2.502	3.885
Acima de 90 dias	43.261	60.496	13.575	27.475
	<u>161.301</u>	<u>130.961</u>	<u>131.615</u>	<u>97.940</u>

As contas a receber referem-se basicamente a faturamento de venda de combustíveis e transportes com combustíveis, cujo vencimento médio é de cinco dias.

A política vigente na Companhia e aprovada pela administração é de constituir perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para os títulos vencidos a mais de 90 dias. A movimentação da Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Em 1º de janeiro	(56)	(52)	(56)	(52)
Reversões de provisões	-	(25)	-	(25)
Constituição de provisões	(12)	21	(12)	21
Em 31 de dezembro	<u>(68)</u>	<u>(56)</u>	<u>(68)</u>	<u>(56)</u>

## ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

### 6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Gasolina	27.313	21.322	27.313	21.322
Biodiesel	-	-	66	53
Etanol anidro	12.222	8.503	12.222	8.503
Etanol hidratado	2.400	2.583	2.400	2.583
Óleo Diesel	97.604	59.421	97.604	59.421
Aditivos e outros	688	503	688	503
Estoque em Poder de Terceiro	396	4.255	396	4.255
	<u>140.624</u>	<u>96.588</u>	<u>140.690</u>	<u>96.640</u>

### 7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS a recuperar (i)	43.229	45.218	43.282	45.237
Crédito de exclusão ICMS Base do PIS e COFINS (ii)	69.460	-	69.460	-
PIS e COFINS a recuperar	20.799	12.723	21.101	12.738
IR e CS a recuperar	5.929	6.094	5.883	6.097
	<u>139.417</u>	<u>64.035</u>	<u>139.726</u>	<u>64.072</u>
Circulante	96.521	23.717	96.830	23.754
Não circulante	42.896	40.318	42.896	40.318
	<u>139.417</u>	<u>64.035</u>	<u>139.726</u>	<u>64.072</u>

- (i) O ICMS a recuperar apresentado é oriundo das operações de aquisições de Etanol Hidratado, que no Estado de Goiás são adquiridos à alíquota de 25% e em alguns momentos foi utilizado em operação interestadual (venda/transferência) à alíquota de 12%, basicamente para os Estados de Minas Gerais e Bahia. Esse saldo credor está homologado em conta gráfica pelo Fisco Goiano e está disponível para utilização pela filial nas saídas de Etanol Hidratado, sendo seu saldo devedor mensal abatido do saldo credor em conta gráfica.

## Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

- (ii) Em relação a Exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") na base cálculo do Programa Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), foi impetrado mandado de segurança nº 0016541-44.2008.403.6100, distribuído em 11/07/2008, que foi concedida parcialmente liminar e seu trânsito em julgado ocorreu em abril de 2019, que se pleiteou "somente" o direito de levantamento de possíveis créditos referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS incidente sobre a receita, permitindo-se a retroatividade do cálculo desde 1998. Apesar da metodologia de cálculo naquela oportunidade do trânsito em julgado não ser elucidativa, especialmente por ainda não existir a modulação na esfera judicial, a Administração da Companhia, admitiu ter o direito do crédito à Exclusão do valor do ICMS incidentes nas operações de vendas de combustíveis para futuras compensações das obrigações tributárias de natureza federal. E assim se utilizou dois métodos para apurar e compensar os referidos tributos, o primeiro período em que o cálculo era efetuado por alíquotas, e o segundo, quando o cálculo é efetuado por coeficiente por metro cúbico.

Ocorre que em 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento dos embargos de declaração interpostos pela União Federal em face da decisão proferida no RE 574.706 e, dentre os diversos pontos apresentados no recurso fazendário, foi definido que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS, devendo ser excluído da base de cálculo das contribuições o valor do ICMS destacado em notas fiscais de venda. Entende-se ainda sobre o evento da decisão favorável transitada em julgado, em setembro de 2021, os ministros do STF decidiram pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, no entanto, apesar das referidas atualizações ocorridas no exercício de 2021, os referidos créditos tributários e seus demais efeitos, inclusive tributários, permaneceram em 31 de dezembro de 2021 e 2022 sem o reconhecimento em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, pois naquele e neste exercício a Companhia continuava a utilizar os créditos compensados virtualmente, na medida em que a Companhia incorre nos débitos correntes de IRPJ - Imposto sobre as Rendas das Pessoas Jurídicas, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS e Cofins por ocasião das suas operações ordinárias e por meio de obrigações acessórias. Utilizando-se assim o expediente fiscal de suspensão dos débitos, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em que essas suspensões totalizam o montante de R\$ 38.404 mil, conforme apresentado abaixo:

Tributos Compensados	2019	2020	2021	Total
PIS - apuração mensal	1.467	-	-	1.467
Cofins - apuração mensal	6.891	-	-	6.891
IRPJ - apuração trimestral	7.242	4.142	10.696	22.080
CSLL - apuração trimestral	2.611	1.496	3.859	7.966
<b>Total</b>	<b>18.211</b>	<b>5.638</b>	<b>14.555</b>	<b>38.404</b>

## ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

### Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ainda sobre este evento, ainda no exercício de 2022 a Companhia estava compensando os créditos virtualmente na medida em que a Companhia incorria nos débitos correntes de IRPJ - Imposto sobre as Rendias das Pessoas Jurídicas, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS e Cofins por ocasião das suas operações ordinárias e por meio de obrigações acessórias, utilizando-se o expediente fiscal de suspensão dos débitos, tal procedimento foi realizado até a data base de 30 de junho de 2022, sendo essas suspensões totalizando o montante de R\$ 69.460 mil, conforme apresentado:

Tributos Compensados	2019	2020	2021	30/06/2022	Total
PIS - apuração mensal	1.467	-	-	-	1.467
Cofins - apuração mensal	6.891	-	-	-	6.891
IRPJ - apuração trimestral	7.242	4.142	10.696	22.832	44.912
CSLL - apuração trimestral	2.611	1.496	3.859	8.224	16.190
<b>Total</b>	<b>18.211</b>	<b>5.638</b>	<b>14.555</b>	<b>31.056</b>	<b>69.460</b>

Ato contínuo, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil em 23 de setembro de 2022 o Termo de reintimação, sobre os débitos indevidamente declarados suspensos via Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF com a utilização dos créditos de exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, requerendo a imediata cobrança dos débitos. Tais valores atualizados foram reconhecidos com multa e juros representando R\$ 90.552 mil, conforme:

Tributos	Principal	Multa	Juros	Total	30/09/2022	31/12/2022	Total
PIS - apuração mensal	1.467	294	279	2.040	-	-	2.040
Cofins - apuração mensal	6.891	1.381	1.310	9.582	-	-	9.582
IRPJ - apuração trimestral	44.912	8.982	4.123	58.017	5.753	68	63.838
CSLL - apuração trimestral	16.190	3.238	1.485	20.913	2.073	21	23.007
<b>Total (Nota 16)</b>	<b>69.460</b>	<b>13.895</b>	<b>7.197</b>	<b>90.552</b>	<b>7.826</b>	<b>89</b>	<b>98.467</b>

Desta forma, devido a Companhia ter este procedimento indeferido pela autoridade tributária, por ter utilizado o expediente de suspensão até 30 de junho de 2022, a Administração da Companhia retificou as obrigações acessórias, mensurou e reconheceu em seus registros contábeis na rubrica "Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos" no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os tributos com multa e juros. Veja nota explicativa nº 16.

Como consequência, deste evento a Administração da Companhia apoiada pelos seus assessores jurídicos, decidiu reconhecer parcialmente em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas o crédito levantado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS totalizando em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 69.460 mil. Os efeitos deste evento podem ser identificados no resultado do exercício no montante de R\$ 31.056 mil na rubrica "Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas" e o montante de R\$ 38.404 mil registrados em anos anteriores.

#### Evento subsequente

Em 24 de fevereiro de 2023, conforme previsto no artigo 103 da IN RFB nº 2.055 de 06 de dezembro de 2021 a Companhia obteve decisão judicial favorável e definitiva no Pedido de Habilitação do Crédito nº 19614.795239/2022-87, oriundos da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, possibilitando ao contribuinte a apresentação de Declaração de Compensação. A Companhia requereu o crédito por meio de Pedido de Ressarcimento - PERD-COMP nº 02085.92303.240223.1.3.57-0186 no montante atualizado de 198.025 mil.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Nessa mesma data foram compensados através de PERD-COMP todos os Impostos Federais executados pela Receita Federal através do Despacho de Encaminhamento nº 16682.720840/2022-14, com o crédito habilitado.

8. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores referem-se, basicamente, a adiantamentos efetuados a fornecedores de etanol, Petrobrás S.A. e importadoras "Trading", para fornecimento futuro de combustíveis. A Companhia efetua os adiantamentos a fim de garantir, principalmente, os produtos das safras de cana das usinas, os quais estão suportados por contratos e/ou renegociações para entrega de etanol. Segue abaixo a composição desses adiantamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos para:				
Fornecedores de etanol	3.641	8.341	3.641	8.341
Fornecedores de derivados do petróleo	9.757	9.593	9.757	9.593
Fornecedores para distribuidoras	1	-	1	-
Outros	553	361	553	361
Provisão para perdas com adiantamentos	(425)	(1.994)	(425)	(1.994)
	<u>13.527</u>	<u>16.301</u>	<u>13.527</u>	<u>16.301</u>
Circulante	13.527	16.301	13.527	16.301

A provisão para perdas com adiantamentos, refere-se substancialmente aos adiantamentos realizados para as usinas de etanol. De acordo com a análise individualizada de cada adiantamento, a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas. As movimentações na provisão para perdas com adiantamentos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Em 1º de janeiro	(1.994)	(1.994)	(1.994)	(1.994)
Provisões constituídas	(57)	-	(57)	-
Reversão de Provisão	1.626	-	1.626	-
Em 30 de junho	<u>(425)</u>	<u>(1.994)</u>	<u>(425)</u>	<u>(1.994)</u>

# ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

## Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

### 9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Antecipadas Seguros (i)	2.315	2.278	2.315	2.278
Consórcios	2.144	3.665	2.144	3.665
Outros	2.042	2.482	2.042	2.482
	<u>6.501</u>	<u>8.425</u>	<u>6.501</u>	<u>8.425</u>
Circulante	3.818	4.431	3.818	4.431
Não circulante	2.682	3.994	2.682	3.994
	<u>6.501</u>	<u>8.425</u>	<u>6.501</u>	<u>8.425</u>

- (i) Até 2022, a Companhia manteve as contratações de seguros garantias, para assegurar os processos judiciais em discussões e em processos de parcelamento junto Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 16.

### 10. Partes relacionadas

#### Saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativo</u>				
Contas a receber (Nota 5)				
Petroviário Transportes Ltda.	-	33.022	-	-
Cassaro & Nogueira Ltda	-	2.083	-	2.083
Posto Imbirussu Ltda	-	1.259	-	1.259
Magnum Auto Posto Ltda	-	1.609	-	1.609
Agropecuária Rio da Areia	-	77	-	77
	<u>-</u>	<u>38.050</u>	<u>-</u>	<u>5.028</u>
<u>Empréstimos:</u>				
Agropecuária Rio da Areia Ltda (a)	33.049	4.203	33.049	4.203
Royal Fic Energia e Renováveis Participações (a)	19.460	19.826	19.460	19.826
	<u>52.509</u>	<u>24.029</u>	<u>52.509</u>	<u>24.029</u>
<u>Passivo</u>				
<u>Empréstimos:</u>				
Agropecuária Rio da Areia Ltda (b)	(11.594)	-	(11.594)	-
Royal Fic Energia e Renováveis Participações (b)	(832)	-	(832)	-
Magnum Auto Posto Ltda (b)	(106)	-	(106)	-
EN Administração e Participações Ltda. (b)	(627)	(6.348)	(627)	(6.348)
Petroviário Transportes Ltda (b)	(7.682)	-	-	-
Posto Imbirussu Ltda (b)	(12)	-	(12)	-
Royal Fic Comercial Importadora e Exportadora (b)	(53)	(641)	(687)	(641)
Cassaro & Nogueira Ltda (b)	(18)	-	(18)	-
	<u>(20.924)</u>	<u>(6.989)</u>	<u>(13.876)</u>	<u>(6.989)</u>
<u>Outros</u>				
Royal Fic Comercial Importadora e Exportadora	(634)	-	(634)	-
	<u>(634)</u>	<u>-</u>	<u>(634)</u>	<u>-</u>

- (a) Refere-se a operações de mútuo sem remuneração e prazo de vencimento definido, podendo ser liquidada quando do interesse comum da Administração; e
- (b) Referem-se a operações de empréstimos em relação aos créditos decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL apurados até 31 de dezembro de 2021 de pessoa jurídica controlada de forma direta ou indireta permitidos pela Portaria PGFN nº 8.798/2022 e utilizado pela Companhia no abatimento da dívida de Transação Individual para a modalidade QuitaPGFN, veja Nota Explicativa N° 16.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

A Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas, os resultados de suas operações individuais e consolidadas, bem como os seus efeitos tributários podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Adicionalmente a Administração não espera ter impactos na realização ou liquidação dessas operações.

#### 11. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla os gerentes sênior e o presidente da Companhia, totalizou R\$ 1.668 (R\$ 1.483 em 2021), e incluem honorários (Diretoria) e *pró-labore* (Presidente).

##### Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia referem-se basicamente a benefícios concedidos em bases mensais e assim reconhecidos contabilmente. Inexistem benefícios pós-emprego, fundos de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

#### 12. Imposto de Renda e Contribuição Social

##### a) Reconciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	190.187	85.272	191.134	85.271
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal (34%)	-	-	-	-
Ajuste para cálculo efetivo da alíquota	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(10.712)	697	(7.644)	-
Adições permanentes não dedutíveis	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(38.976)	(14.555)	(39.924)	(14.555)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (b)	31.752	(4.328)	31.752	(4.328)
Alíquota efetiva	-488%	-586%	-479%	-586%

##### b) Tributos diferidos

A Companhia reconhece tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de anos anteriores, sem expiração, e para os quais a compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual, na medida em que haja lucro tributável disponível para compensar diferenças temporárias, com base nas premissas e condições definidas no modelo de negócios da Companhia.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

O reconhecimento do tributo diferido é realizado quando é provável que um lucro tributável para os próximos exercícios esteja disponível para ser usado para compensá-lo, com base nas projeções de resultados elaborados pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os tributos diferidos foram calculados a partir das seguintes bases:

	Taxa %	31/12/2022		31/12/2021	
		Base	R\$	Base	R\$
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	34	(68)	(23)	(56)	(19)
Provisão para perdas com adiantamentos de fornecedor	34	(425)	(145)	1.994	678
Provisão para demandas judiciais	34	(8.276)	(2.814)	6.933	2.357
Provisão Créditos de descarbonização CBIOS	34	(15.768)	(5.361)	855	291
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	34	(30.512)	(10.374)	-	-
		<u>(55.048)</u>	<u>(18.717)</u>	<u>9.726</u>	<u>3.307</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Movimentação				
Em 1º de janeiro	28.001	32.329	23.673	32.329
Constituição (realização) das operações da Companhia	(9.284)	(4.328)	(9.284)	(4.328)
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa CSLL - Quita PGFN	41.036	-	41.036	-
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL - Quita PGFN	(41.036)	-	(41.036)	(4.328)
Em 31 de dezembro	<u>18.717</u>	<u>28.001</u>	<u>14.389</u>	<u>23.673</u>
Efeito no resultado	(31.752)	(4.328)	(31.752)	(4.328)

A Companhia consumiu todo o saldo do ativo fiscal diferido com a adesão do programa de quitação antecipada (Quita PGFN) instituído pela portaria 8.798 de 04 de outubro de 2022, em que permitia a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2021 para abatimento de saldo devedor de Transação Individual com a Procuradoria. (Nota 16).

Nova constituição de ativo fiscal diferido foi lançado com base nas diferenças temporárias e no limite de 30% do prejuízo fiscal acumulado.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

13. Imobilizado

Composição

13. Imobilizado

	Controladora				Consolidado			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021
Terrenos (ii)	13.779	-	13.779	13.819	13.779	-	13.779	13.819
Móveis e utensílios	1.666	- 1.135	531	584	1.666	- 1.135	531	584
Máquinas e equipamentos	1.946	- 1.319	627	534	2.133	- 1.469	664	580
Edifícios, benfeitorias e tanques (ii)	86.065	- 26.245	59.820	34.249	86.363	- 26.245	60.118	34.547
Equipamentos de informática	4.148	- 3.916	232	341	4.148	- 3.916	232	341
Equipamentos de telefonia	832	- 795	37	56	832	- 795	37	56
Veículos (iii)	4.741	- 4.279	462	807	6.203	- 5.695	508	1.756
Outros bens móveis	2.277	- 1.559	718	457	2.277	- 1.559	718	457
Imobilizado em andamento (i)	8.970	-	8.970	30.215	8.970	-	8.970	30.215
	<b>124.424</b>	<b>(39.248)</b>	<b>85.177</b>	<b>81.062</b>	<b>126.372</b>	<b>(40.814)</b>	<b>85.558</b>	<b>82.355</b>

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

Movimentação do imobilizado

	Controladora				31/12/2021	Adições	Baixa	Transferência	31/12/2022
	31/12/2020	Adições	Baixa	Transferências					
Terrenos (ii)	13.819	-	-	-	13.819	-	(40)	-	13.779
Móveis e utensílios	1.608	12	(11)	-	1.609	56	-	-	1.665
Máquinas e equipamentos	5.900	149	(4.299)	-	1.751	209	(13)	-	1.947
Edifícios, benfeitorias e tanques (ii)	54.534	150	-	2.427	57.111	3.240	(176)	25.891	86.066
Ferramentas	1.146	-	-	-	1.146	-	-	-	1.146
Equipamentos de informática	2.887	-	-	-	2.887	124	-	-	3.011
Equipamentos de telefonia	996	-	-	-	996	2	-	-	998
Veículos (iii)	20.654	206	(15.972)	-	4.889	960	(1.147)	-	4.702
Outros bens móveis	1.745	29	-	-	1.774	366	-	-	2.140
Imobilizado em andamento (i)	18.645	14.209	(11)	(2.627)	30.216	4.685	(39)	(25.891)	8.971
	121.934	14.755	(20.293)	(200)	116.197	9.642	(1.415)	-	124.425
Depreciação	(46.507)	(6.781)	3.605	-	(35.135)	(4.383)	271	-	(39.247)
Valor residual	75.427	7.974	(16.688)	(200)	81.062	5.259	(1.144)	-	85.177

  

	Consolidado				31/12/2021	Adições	Baixa	Transferência	31/12/2022
	31/12/2020	Adições	Baixa	Transferências					
Terrenos (ii)	13.819	-	-	-	13.819	-	(40)	-	13.779
Móveis e utensílios	1.608	12	(11)	-	1.609	56	-	-	1.665
Máquinas e equipamentos	6.085	149	(4.299)	-	1.935	209	(13)	-	2.131
Edifícios, benfeitorias e tanques (ii)	54.832	150	-	2.427	57.409	3.240	(176)	25.891	86.364
Ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	4.025	-	-	-	4.025	124	-	-	4.149
Equipamentos de telefonia	828	-	-	-	828	2	-	-	830
Veículos (iii)	26.221	244	(16.813)	-	9.652	1.013	(4.462)	-	6.203
Outros bens móveis	1.886	29	-	-	1.915	366	-	-	2.281
Imobilizado em andamento (i)	18.645	14.209	(11)	(2.627)	30.216	4.685	(39)	(25.891)	8.971
	127.949	14.793	(21.134)	(200)	121.408	9.695	(4.730)	-	126.373
Depreciação	(50.301)	(5.387)	16.635	-	(39.053)	(4.583)	2.822	-	(40.814)
Valor residual	77.648	9.406	(4.499)	(200)	82.355	5.112	(1.908)	-	85.557

## ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

---

- (i) Em 2019, realizou investimentos para construção de duas bases novas localizadas nas cidades de Campo Grande-MS e São Gonçalo-MG e automações na plataforma de carregamento e descarregamento da base de Paulínia-SP. Os investimentos totalizaram aproximadamente R\$ 21 milhões. No início de 2020, finalizou a construção da base de Campo Grande-MS, mas por conta do Evento COVID-19, interrompeu temporariamente a obra da base de São Gonçalo-MG, que foi finalizada em maio de 2022.
- (ii) Em 2020, após término da construção da base de Campo Grande-MS, a Administração da Companhia aceitou a proposta de venda de 50% da base constituindo um ganho de capital no montante de R\$ 6.940 milhões; e
- (iii) A administração da Companhia, com base em estudo de mercado, decidiu vender em 2020 parte da frota própria dos veículos pesados. Do total de 54 veículos, foram vendidos 33 veículos entre cavalos e carretas tanques, sendo que 21 veículos foram vendidos a valor contábil líquido, sem ganho de capital, para a Companhia controlada Petroviario Transportes e o restante de 12 veículos foram vendidos para terceiros. No mesmo sentido, decidiu vender 8 veículos da frota leve, que são os veículos utilizados pelos gerentes regionais de vendas e gerentes operacionais. Dessa forma substituiu a frota por contratação de veículos na modalidade de locação. Portanto, apurou-se o ganho de capital no montante de R\$ 2.023 milhões. Conforme previsão no ano de 2021, a Companhia finalizou a venda das frotas próprias em sua totalidade, apurando um ganho de capital de R\$ 9.709 milhões.

#### Taxas de depreciação e vidas úteis

A Companhia contratou peritos independentes para rever a vida útil de seu ativo imobilizado em 2022, e por não haver mudança significativa apurada, a Companhia manteve as taxas de depreciação do exercício anterior, que são as taxas que refletem a vida útil estimadas dos ativos imobilizados:

	Vida útil em anos	Taxas de depreciação médias anuais
Edificações, benfeitorias e tanques	25	4%
Móveis e utensílios	11	9%
Equipamentos de informática	9	11%
Veículos	7	14%
Aeronaves	10	10%
Outros bens móveis	9	11%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Ferramenta	10	10%
Telefonia	10	10%

#### Garantias

As garantias são compostas conforme segue:

- A Companhia ofereceu um imóvel em garantia, objeto das Matrículas nºs 116.160 e 122.918 (Base primária de distribuição de combustíveis localizada em Betim/MG), em hipoteca de primeiro grau, sem concorrência de terceiros, em favor do Estado de Minas Gerais para adesão ao Programa de Parcelamento do auto de infração. Em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil da propriedade era de R\$ 895 (R\$ 659 em 2021);

## ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

- Em junho de 2019, a Companhia assinou o Termo de Negócio Jurídico Processual junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, assumindo o compromisso de parcelamentos dos débitos federais oriundos da Companhia ASADIESEL, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 16. Para firmamento, foi oferecido como garantia as Bases operacionais e seus respectivos terrenos de Betim/MG, Paulínia/SP e Cuiabá/MT. Em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil total das propriedades era de R\$ 7.453 (R\$ 8.385 em 2021). Adicionalmente, para ambos os casos, temos a data de maio de 2023 para que as garantias sejam liberadas, visto o pagamento final dos parcelamentos em questão.

### 14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	T J nominal	Venc.	Controladora		Consolidado	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Capital de giro	3,00% a 3,15%	2023	44.267	42.025	44.267	42.025
Fornecedores - convênio			41.345	82.267	41.345	82.267
Duplicatas Descontadas			-	14.575	-	14.584
Outros			-	23	-	23
			<u>85.612</u>	<u>138.891</u>	<u>85.612</u>	<u>138.900</u>
Circulante e não circulante			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			40.934	55.195	40.934	55.204
Não circulante			3.333	1.429	3.333	1.429
			<u>44.267</u>	<u>56.624</u>	<u>44.267</u>	<u>56.633</u>

A Companhia possui parcerias com diversas instituições financeiras que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis. Os fornecedores têm liberdade para escolher se desejam ou não antecipar seus recebíveis e com qual instituição, permitindo assim que gerenciem suas necessidades de fluxo de caixa da forma que melhor os atenda. Esta flexibilidade possibilita que a Companhia intensifique as relações comerciais com a rede de fornecedores, alavancando potencialmente benefícios como preferência de fornecimento em casos de oferta restrita, melhores condições de preço e/ou prazos de pagamento mais flexíveis, entre outros, sem que se identifiquem contrapartidas em outras condições comerciais.

Em 31 de dezembro de 2022, as taxas de desconto nas operações de risco sacado realizadas por nossos fornecedores juntos as instituições financeiras ficaram entre 1,39% e 1,50% a.a.

#### Cláusulas restritivas

Os empréstimos contêm cláusulas contratuais declarando que será exigido o pagamento antecipado da dívida, total ou parcial. A seguir, segue breve comentário sobre as principais operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants") da Companhia.

- Entrar em estado de insolvência civil, liquidação ou falência, impetrar pedido de concordata ou de recuperação judicial, convocar credores para apresentar plano de recuperação extrajudicial ou suspender suas atividades por período superior a 30 dias;

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

- ii. Figurar como devedor em situação de mora de inadimplemento junto ao banco ou qualquer outra instituição fornecedora de crédito, ou qualquer outro Banco; e
- iii. Mudança no estado econômico-financeiro da Companhia e/ou de qualquer avalista.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de produtos para revenda	27.832	12.470	27.832	12.470
Fornecedores de serviços de transportes	7.763	2.932	7.809	2.932
Outros	7.288	6.201	7.288	6.223
	<b>42.883</b>	<b>21.603</b>	<b>42.929</b>	<b>21.625</b>

16. Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022
Impostos correntes:				
ICMS ST a recolher	1.758	613	1.758	613
ICMS próprio a recolher	10.829	8.124	10.829	8.137
Impostos sobre operações financeiras	-	222	-	222
Outros	988	674	988	674
	<b>13.575</b>	<b>9.633</b>	<b>13.575</b>	<b>9.646</b>
Pis a recolher (i)				
Pis a recolher (i)	2.040	-	2.040	-
Cofins a recolher (i)	9.582	-	9.582	-
Imposto de Renda e contribuição social (i)	63.838	-	64.198	-
Contribuição social (i)	23.007	-	23.007	-
Veja Nota explicativa n° 7	98.467	-	98.827	-
	<b>112.042</b>	<b>9.633</b>	<b>112.402</b>	<b>9.646</b>
Parcelamentos:				
Parcelamento - REFIS PERT	30.499	36.101	30.642	36.263
Parcelamento Especial PGFN	-	83.539	24.948	83.539
Parcelamentos Excepcional Quita PGFN	24.948	-	-	-
Parcelamentos Federais	1.340	1.991	1.406	2.088
Parcelamentos Federais (ii)	56.788	121.631	56.996	121.890
Parcelamento Especial ICMS - SP	834	1.305	834	1.370
Parcelamento Manguinhos - ICMS - MG	950	3.430	950	3.430
Parcelamentos Estaduais (iii)	1.784	4.735	1.784	4.800
	<b>58.572</b>	<b>126.366</b>	<b>58.780</b>	<b>126.690</b>
Total de parcelamentos	<b>58.572</b>	<b>126.366</b>	<b>58.780</b>	<b>126.690</b>
Total Geral	<b>170.614</b>	<b>135.999</b>	<b>171.183</b>	<b>136.336</b>
Circulante	144.580	26.793	145.027	26.923
Não circulante	26.008	109.205	26.130	109.413
	<b>170.589</b>	<b>135.998</b>	<b>171.158</b>	<b>136.336</b>

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

- (i) Em 23 de setembro de 2022, a Receita Federal encaminhou despacho decisório referente as suspensões de débitos efetuados pela Companhia, com base nos créditos da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS no período de 2019 a 2022. Nesse ato, sobreveio a sentença do processo para execução imediata dos débitos no montante atualizado de 98.467. Vide Nota Explicativa N° 7

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

(ii) Movimentação dos parcelamentos federais:

Controladora				Movimentação / Migração de parcelamentos				
Modalidade Original	Migração	31/12/2021	Pagamentos	Transferência	Atualização do Período	Utilização Prejuízo Fiscal / (d)	Pagamento Entrada	31/12/2022
Parc.Especial / (a)	Transação Individual	83.539	(4.824)	(78.715)	-	-	-	-
Parc.Especial / (a)	QuitaPGFN	-	-	78.715	13.184	(61.961)	(4.990)	24.948
Pert PGFN Royal Fic / (b)		11.995	(1.469)	-	-	-	-	10.526
Pert PGFN Asadiesel / (b)		24.106	(4.132)	-	-	-	-	19.974
Parcelamento Simplificado / (c)		342	(191)	-	-	-	-	151
Parcelamento Retidos / (c)		1.649	(460)	-	-	-	-	1.189
<b>Total</b>		<b>121.631</b>	<b>(11.076)</b>	<b>-</b>	<b>13.184</b>	<b>(61.961)</b>	<b>(4.990)</b>	<b>56.788</b>

Consolidado				Movimentação / Migração de parcelamentos				
Modalidade Original	Migração	31/12/2021	Pagamentos	Transferência	Atualização do Período	Utilização Prejuízo Fiscal / (d)	Pagamento Entrada	31/12/2022
Parc.Especial / (a)	Transação Individual	83.539	(4.824)	(78.715)	-	-	-	-
Parc.Especial / (a)	QuitaPGFN	-	-	78.715	13.184	(61.961)	(4.990)	24.948
Pert PGFN Royal Fic / (b)		12.157	(1.469)	-	-	-	-	10.688
Pert PGFN Asadiesel / (b)		24.106	(4.152)	-	-	-	-	19.954
Parcelamento Simplificado / (c)		342	(191)	-	-	-	-	151
Parcelamento Retidos / (c)		1.746	(491)	-	-	-	-	1.255
<b>Total</b>		<b>121.890</b>	<b>(11.127)</b>	<b>-</b>	<b>13.184</b>	<b>(61.961)</b>	<b>(4.990)</b>	<b>56.996</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

---

- (a) Em 11 de junho de 2019, através de um termo de negócio jurídico processual em acordo com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), houve o reparcelamento de parte do até então REFIS - PERT mencionado no item (i) desta Nota explicativa, alcançando novo valor de R\$ 151.234 mil, alongando as amortizações até 2029, e através de pagamentos mensais acordados por um valor mínimo fixado ou percentual sobre a receita bruta auferida, caso qual está exceda a receita bruta projetada informada no referido termo, decorrendo em pagamentos complementares.

Como garantia desta operação, foram oferecidos bens em operação da Companhia, a exemplo de edifícios, terrenos e equipamentos das plantas de Paulínia/SP, Betim/MG e Cuiabá/MT, totalizando montante de R\$ 224.476 mil.

Em 16 de julho de 2020, o até então termo de negócio jurídico processual passa por nova negociação junto a Procuradoria Geral (PGFN), vigorando sobre a denominação de Acordo de Transação Individual, onde foi concedido ao contribuinte um desconto e/ou perdão de dívida de R\$ 60.934 mil com nova constituição em 84 parcelas, e dessa forma o montante remanescente da dívida da Transação Individual PGFN é de R\$ 87.066 mil.

Em 2021 a Companhia deu continuidade ao parcelamento da Transação Individual consolidado em 2020, sendo realizado os pagamentos das parcelas devidas no exercício, ficando com o montante remanescente da dívida em R\$ 83.539 mil, restando 66 parcelas.

Em 2022, foram pagas as parcelas de janeiro a novembro de 2022, restando 55 parcelas e saldo remanescente de R\$ 78.715 mil.

Em dezembro de 2022, a Procuradoria lançou novo programa de regularização de débitos intitulado Quita PGFN, a referida modalidade possibilita ao contribuinte utilizar o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para liquidar de forma antecipada o saldo devedor de Transação ou Inscrições da Dívida Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nas seguintes condições: sobre o saldo devedor da conta de negociação, o contribuinte deverá realizar o pagamento de no mínimo 30%, o qual poderá ser dividido em até 6 (seis) prestações mensais; e o saldo devedor remanescente será quitado mediante a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2021.

Os créditos devem ser de titularidade do responsável ou corresponsável pelo débito ou de sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma pessoa jurídica, o vínculo jurídico deve ter se consolidado até 31 de dezembro de 2021 e ser mantido até a data da adesão ao Quita PGFN.

A Companhia junto aos seus assessores jurídicos, mapeou o programa e fez a sua respectiva adesão, para tanto utilizou R\$ 41.036 mil de prejuízo fiscal e Base de Contribuição negativo próprios e R\$ 20.924 de prejuízo fiscal e Base de Contribuição negativa de empresas do mesmo grupo societário, totalizando R\$ 61.961 mil de abatimento da dívida, restando um saldo de R\$ 30.177 (com Selic), que serão pagas em 6 parcelas, com a entrada no montante R\$ 4.990 mil paga em 30 de dezembro de 2022, deste modo, o montante é R\$24.948 mil em 31 de dezembro de 2022.

- (b) Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em 27 de outubro de 2017 a Administração da Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, que foi instituído pela Medida Provisória n.º 783/17, posteriormente convertida na Lei n.º 13.496/17 de 24 de outubro de 2017, nessas circunstâncias, foram incluídos todos os débitos da Companhia apresentados na PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e na RFB - Receita Federal do Brasil, bem como, foram incluídos os débitos da Companhia Asadiesel Petróleo Ltda. com a PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, tal Companhia embora tenha sido incorporada contabilmente em 2005, não apresenta-se incorporada na referida autoridade tributária, cujo o montante apresentado é R\$ 191.809.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

Fato subsequente à adesão, os débitos constantes na PGFN foram deferidos, enquanto os débitos com a RFB aguardam a análise e deferimento daquela autoridade tributária.

Foram incluídos no PERT os saldos dos tributos vencidos até abril de 2017, onde a Companhia no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluiu débitos da CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direito de Natureza Financeira, parcelando a dívida em 145 meses, com entrada de 20% e redução de 80% juros, 50% de multas e 100% encargos/honorários, o saldo remanescente será atualizado mensalmente pela taxa SELIC.

Em outubro de 2018, foi consolidado o parcelamento no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, onde, o saldo devedor no montante de R\$ 55.876 mil, foi enquadrado na modalidade do item I - artigo 2º lei 13.496/17. Nessa modalidade, a antecipação de 20% representado pelo montante de R\$ 11.175 mil foi amortizado do total da dívida, onde, o saldo remanescente no de R\$ 44.701 mil, foi liquidado com prejuízo fiscal, conforme previsto no regulamento do parcelamento.

Para a Companhia Asadiesel Petróleo Ltda. no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluiu os saldos da desistência dos parcelamentos de períodos anteriores instituído pela Lei nº 11.941/09, e o montante atualizado e consolidado, foi parcelado em 120 vezes, sendo que as parcelas serão progressivas e corrigidas pela taxa SELIC.

Em junho de 2019, a Companhia reparcelou os débitos inscritos no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional da Companhia incorporada Asadiesel, desmembrando o parcelamento do PERT. Dessa forma, o montante remanescente da dívida no PERT é de R\$ 47.547 mil.

Em novembro de 2020, os débitos até então denominados PERT Asadiesel passa por nova negociação onde foi reconstituído em 84 parcelas, com desconto e/ou perdão de dívida de R\$ 6.981, com a denominação de Transação Excepcional PGFN. Dessa forma, o montante remanescente da dívida é de R\$ 39.361 mil, sendo, R\$ 13.462 mil PERT Royal Fic e R\$ 25.898 mil Transação Excepcional.

Em 2022, a Companhia manteve adimplente junto a PGFN sendo realizado os pagamentos das parcelas devidas, ficando com o montante remanescente da dívida em R\$ 30.500, sendo, R\$ 10.526 PERT Royal Fic e R\$ 19.974 Transação Excepcional.

- (c) Em decorrência ao cenário da Pandemia da Covid-19, a Companhia se utilizou da medida da RFB que proporcionou o adiamento dos recolhimentos dos tributos nas competências entre fevereiro e junho de 2020, concedendo posteriormente a possibilidade de a dívida ser transformada em um parcelamento Simplificado/Ordinário, cujo valor foi dividido em 60 parcelas, constituídos da seguinte forma:
- IRRF/ CSRF de março a junho de 2020 - no montante de R\$ 595 mil; e
  - INSS - Patronal, Segurados e Terceiros de fevereiro a junho/2020 - no montante de R\$ 1.705 mil

Em 2022, o parcelamento se manteve ativo e regular; dessa forma, o montante remanescente da dívida dos Impostos retidos é de R\$ 1.189 mil.

- (d) A Companhia migrou para esta nova modalidade. O valor envolvido para abatimento do saldo com prejuízos fiscais e base negativa é de R\$ 61.961 mil.

## ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

### Fluxo de pagamento consolidado para os próximos anos

Ano	R\$
2023	31.161
2024	6.061
2025	5.869
2026	5.601
2027	4.912
2028	1.469
2029	1.469
2030	247
<b>TOTAL</b>	<b>56.789</b>

\* Sem atualização de SELIC

### (iii) Movimentação dos parcelamentos estaduais:

ICMS MG - No ano de 2009 e 2010 a Companhia adquiriu produtos da Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A. ("Manguinhos"). A sistemática tributária existente torna a Manguinhos a responsável pelo recolhimento de todos os impostos de cadeia de valor do segmento de combustível aos referidos Estados.

A Manguinhos está em uma discussão com o Estado de Minas Gerais dos valores dos repasses dos créditos tributários daquele Estado, o qual lavrou auto de infração contra a Companhia. Em 2015 a Companhia, como responsável solidária pelos impostos na cadeia, efetuou o parcelamento do débito de ICMS junto a Secretaria da Fazenda do estado de Minas Gerais e conseqüentemente recuperou o Regime especial desse Estado, deixando de recolher o ICMS sobre a comercialização do álcool hidratado antecipadamente, passando a recolher por apuração em conta gráfica. Em 2018 o parcelamento se mantém ativo e regular. Em 2020, em decorrência do evento COVID-19, os recolhimentos do parcelamento foram suspensos, por consequência o parcelamento foi interrompido pela SEFAZ-MG e os benefícios de descontos para essa modalidade foram perdidos. No segundo semestre de 2020, houve adesão e consolidação de um novo parcelamento.

Em junho de 2021 o governo do estado de MG lançou uma nova modalidade de Refis - programa Recomeça Minas o que possibilitou a redução de multas e juros de R\$ 5.953 mil. Esse parcelamento será quitado em 2023.

## 17. Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada

### Informações da controlada

	Participação no capital Integrado	Ativos	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício 31/12/2022	Resultado do exercício 31/12/2021
Em 31 de dezembro de 2022					
Petroviários Transportes Ltda.	99,5000%	8.794	21.603	3.084	(314)
			21.495	3.068	(312)
Em 31 de dezembro de 2021					
Petroviários Transportes Ltda.	99,5000%	1.202	32.368	(314)	
			32.207	(312)	

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

#### 18. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e sua controlada são partes em processos judiciais e administrativos em várias cortes e órgãos governamentais. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e análise de demandas pendentes e, com relação a demandas trabalhistas, com base em experiência passada relativas a valores pleiteados, reconheceu a provisão em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e sua controlada registraram uma provisão nas demonstrações contábeis, a qual conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, julga ser suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos é conforme demonstramos a seguir:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

Contingências - demandas judiciais consideradas como de perda possível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de risco máximo dos processos considerados como perda possível, conforme anteriormente comentado, são:

- Tributárias (i): R\$ 9.945 (R\$ 12.812 em 2021);
- Trabalhistas: R\$ 31.011 (R\$ 16.008 em 2021);
- Cíveis: R\$ 3.915 (R\$ 6.924 em 2021).

Na opinião da Administração, a decisão final com respeito a essas ações não afetará materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

- (i) Em fevereiro de 2019, a Royal FIC tomou ciência via portal eletrônico E-CAC, a decisão do processo de nº 19515.721363/2011-71, no montante atualizado de R\$ 99.404 (noventa e nove milhões, quatrocentos e quatro Reais), que tange o aproveitamento de ágio, referente a incorporação ora controladora denominada Petrofic, onde realizou as deduções nas apurações dos tributos IRPJ (imposto de renda da pessoa jurídica) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido) dos anos de 2006, 2007 e 2008. O resultado desfavorável do trânsito em julgado na esfera administrativa, aponta a cobrança do montante em epígrafe. Dessa forma, a Companhia recorreu aos assessores jurídicos para análise do processo e conforme o "Dual Opinion" elaborado, indicam que a possibilidade de perda é possível. A administração da Companhia, juntamente com os assessores jurídicos, estuda as estratégias adequadas a serem adotadas para ampliar o arrolamento da discussão do processo via judicial.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante, estimado em R\$ 101.600, permanece suspenso, sem modificação em relação a 2021.

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bloqueios e depósitos judiciais	3.015	3.762	3.092	3.828
Depósitos Judiciais - Icms GO Protege	6.844	6.844	6.844	6.844
	<u>9.859</u>	<u>10.606</u>	<u>9.935</u>	<u>10.672</u>

- (ii) Mandado de Segurança visando que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir da impetrante o recolhimento do adicional de 2% sobre a alíquota do ICMS destinada ao fundo PROTEGE no estado de GO. Em 2021, o pedido de levantamento do depósito judicial foi indeferido e a Companhia suspendeu os recolhimentos, a Sefaz irá remover o valor levantado em R\$ 6.844 a seu favor, com abatimento do débito em aberto junto ao Estado.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

## 19. Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social da Companhia que está totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 5.739 mil, dividido em 5.739 mil ações ordinárias nominativas e distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	(Ações)	(Ações)
E N Administração e Participações S.A.	5.737	5.737
Édio Nogueira	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>5.739</u>	<u>5.739</u>

Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas reuniões da Companhia.

Conforme 33ª Alteração e Consolidação do Contrato Social datado de 1º de outubro de 2006, a Administração aprovou a incorporação do acervo líquido da Companhia Petrofic Participação e Investimentos Empresariais Ltda., onde nessa oportunidade foi apurado ágio (*goodwill*) e um consequente benefício fiscal na ocasião de R\$ 136.322 mil, que teve o montante integral capitalizado, sem atenção para o registrado como Reserva Especial de Ágio, a medida em que ocorrera sua realização. Em 31 de dezembro de 2016, ocorreu a equalização esperada para a capitalização da referida Reserva.

Em 27 de outubro de 2020, foi registrada a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, sob registro na junta comercial de São Paulo (JUCESP) protocolo nº 0.129.209/21-1, a deliberação por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, a aprovação da redução do capital social da Companhia, considerado excessivo para o objeto social, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., de R\$ 137.322 milhões para R\$ 5.737 milhões, mediante a restituição de capital em bens aos acionista da Companhia, proporcionalmente às suas participações acionárias, mediante a cessão dos contratos de mútuos celebrados entre a Companhia e Edio Nogueira, no montante de R\$ 1.115 milhões, EN Administração e Participações, no montante de R\$ 30.000 milhões e Agropecuária Rio da Areia, no montante de R\$ 100.470 milhões, totalizando a redução do capital social no montante de R\$ 131.585 milhões.

### b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

c. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social não prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da legislação societária. A Administração deliberará sobre a destinação dos dividendos em Assembleia Geral.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório é demonstrado a seguir:

Dividendos mínimos obrigatórios		
	31/12/2022	31/12/2021
Saldos iniciais do exercício	18.797	13.036
(+) Dividendo mínimo obrigatório	45.741	16.597
(-) Pagamentos	(47.196)	(200)
(-) Constituição de reserva de lucros	-	(10.636)
	<u>17.342</u>	<u>18.797</u>
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido	182.962	66.388
Constituição da Reserva Legal	-	-
	<u>182.962</u>	<u>66.388</u>
(x) Percentual definido na 6.404/76	25%	25%
(=) Dividendo mínimo obrigatório	<u>45.741</u>	<u>16.597</u>
	(28.399)	2.200

Em 21 de dezembro de 2021 foi protocolado junto a JUCESP sob n.2.286.701/21-0 a Ata da Assembleia Geral deliberando a aprovação de distribuição aos acionistas, na proporção da respectiva participação societária detida por cada um no capital social da Companhia, de parte dos lucros constantes do Balanço Patrimonial levantado em 30 de junho de 2021, no montante total de R\$ 2.400 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

20. Receita operacional líquida

A receita operacional é composta por vendas de produtos e serviços como segue abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita operacional bruta</b>				
Gasolina	2.817.612	2.593.738	2.817.612	2.593.738
Diesel	4.624.981	3.310.511	4.623.993	3.306.015
Etanol	269.897	240.382	269.897	240.382
Armazenagem	11.755	6.731	11.756	11.519
	<b>7.724.245</b>	<b>6.151.361</b>	<b>7.723.258</b>	<b>6.151.654</b>
Impostos sobre vendas	(56.376)	(51.290)	(56.880)	(53.390)
Devoluções	(17.617)	(10.685)	(17.617)	(10.685)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>7.650.251</b>	<b>6.089.385</b>	<b>7.648.762</b>	<b>6.087.579</b>

A volatilidade do preço do barril de petróleo nos anos de 2021 e 2022 foi o que mais impactou o crescente aumento do produto no mercado interno em relação aos anos anteriores. Esta variação dos preços, observada ao longo de 2021, e de 2022, ocorreu principalmente em função da política de Preços de Paridade de Importação (PPI), que internaliza as oscilações dos preços internacionais de petróleo. Com esse cenário, o resultado de 2022 apresentou melhores margens com maior valorização dos estoques.

21. Resultado por natureza

Reconciliação de despesas por natureza

O grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Gasolina	(2.692.103)	(2.536.522)	(2.692.103)	(2.536.522)
Diesel	(4.390.568)	(3.197.518)	(4.390.552)	(3.196.933)
Etanol	(210.551)	(184.582)	(210.551)	(184.582)
Despesas com fretes	(76.317)	(43.814)	(76.317)	(43.814)
Credito de Descarbonização (CBIOS)	(15.504)	(14.967)	(15.504)	(14.967)
Despesas com pessoal	(33.288)	(26.561)	(33.421)	(26.731)
Depreciação e amortização	(5.534)	(5.905)	(6.065)	(6.814)
Consultoria e assessoria	(1.493)	(791)	(1.493)	(792)
Serviços prestados	(1.193)	(1.294)	(1.193)	(1.294)
Despesas com aluguéis	(510)	(491)	(779)	(491)
Comissão sobre vendas	(4.383)	(3.137)	(4.383)	(3.137)
Despesas com vendas	(1.519)	(364)	(1.519)	(364)
Despesas com processos	(4.896)	(6.042)	(5.040)	(6.361)
Despesas com seguros	(732)	(857)	(732)	(881)
Licenciamento de software	(1.650)	(1.147)	(1.650)	(1.257)
Despesas administrativas	(10.681)	(6.803)	(8.232)	(5.146)
Outros	(8)	-	(8)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(272)	(3.605)	(272)	(3.733)
	<b>(7.451.201)</b>	<b>(6.034.400)</b>	<b>(7.449.813)</b>	<b>(6.033.820)</b>
Classificados como:				
Custos dos produtos vendidos	(7.381.192)	(5.974.990)	(7.378.710)	(5.972.687)
Despesas com vendas	(6.174)	(7.106)	(6.174)	(7.234)
Despesas administrativas e gerais	(63.836)	(52.304)	(64.929)	(53.898)
	<b>(7.451.201)</b>	<b>(6.034.400)</b>	<b>(7.449.813)</b>	<b>(6.033.820)</b>

## ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

### 22. Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas

#### 22. Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais, líquidas	-	-	137	65
Provisão para perdas com adiantamentos	(8.023)	(3.766)	(8.023)	(3.766)
Resultado na venda de imobilizados	100	9.619	4.042	10.346
Sinistros e roubos de cargas	1	5	1	5
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas (i)	43.254	44.107	43.213	43.924
	<b>35.332</b>	<b>49.965</b>	<b>39.370</b>	<b>50.573</b>

- (i) Em 2021, as Outras Receitas foram compostas com Créditos de ICMS substituição tributária para consumidor final em Paulínia; Créditos de exclusão do ICMS sobre base de cálculo do PIS e COFINS; credito de PIS e COFINS na aquisição do etanol hidratado, conforme Nota Explicativa nº 7 e Perdão de dívida no parcelamento estadual Manguinhos/MG, nota explicativa nº 16. No exercício de 2022, as Outras Receitas são compostas por Créditos sobre exclusão do ICMS sobre a Base de cálculo do PIS e COFINS R\$31.055; e Crédito de PIS e COFINS das conforme as apurações mensais R\$12.863.

### 23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros sobre contas a receber	2.517	1.922	2.613	1.928
Rendimento sobre aplicações financeiras	491	19	491	19
Outras	206	517	210	517
	<b>3.214</b>	<b>2.459</b>	<b>3.314</b>	<b>2.465</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros passivos	(42.183)	(12.066)	(42.183)	(12.067)
Juros provisionados e não pagos	(1.075)	(1.388)	(1.076)	(1.388)
Outras despesas financeiras	396	(6.007)	386	(6.018)
	<b>(42.863)</b>	<b>(19.461)</b>	<b>(42.873)</b>	<b>(19.473)</b>
<b>Variações monetárias</b>				
Juros sobre REFIS	(15.259)	(1.979)	(15.269)	(1.992)
	<b>(15.259)</b>	<b>(1.979)</b>	<b>(15.269)</b>	<b>(1.992)</b>
	<b>(54.907)</b>	<b>(18.981)</b>	<b>(54.828)</b>	<b>(19.000)</b>

### 24. Compromissos assumidos

A Companhia possui contrato de aquisição de combustível com a Petrobrás cuja vigência contratual 1º de setembro de 2022 a 30 de agosto de 2024 sobre o qual foram mantidas as condições contratuais que a Companhia já vinha mantendo com este fornecedor, o qual obriga - se a retirar mensalmente 90% do volume contratado, caso isso não ocorra, ocasionará uma multa de R\$ 70,00 (setenta reais) por metro cúbico não retirado.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

---

A Companhia possui contratos de aquisição de etanol junto a usinas para assegurar o fornecimento do produto pelo prazo de um ano.

## 25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua controlada possuem cobertura de seguro contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza para todo o estoque de etanol e petróleo, e para determinadas edificações, equipamentos, instalações e máquinas, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O montante de risco declarado das bases é de R\$ 315 milhões.

A Companhia e sua controlada não estão prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar suas apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, conseqüentemente, não foram auditadas por nossos auditores.

## 26. Evento Subsequente

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.